



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA
POLÍCIA CIVIL
ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL

CONCURSO PÚBLICO
PARA INGRESSO NA CARREIRA DE

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL Nº 001/1998

SEGUNDA ETAPA - PROVA DISSERTATIVA

06 de junho de 1998

MATÉRIA	QUESTÕES
DIREITO PENAL	01 a 05
DIREITO PROCESSUAL PENAL	06 a 10

Órgão Executor

F A U R G S

Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Nº de Inscrição

Nome do Candidato

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA
POLÍCIA CIVIL
ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL**

**CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA CARREIRA DE
DELEGADO DE POLÍCIA
EDITAL Nº 001/1998**

**INSTRUÇÕES GERAIS SOBRE A PROVA DA
SEGUNDA ETAPA**

1. Este caderno consta de dez questões dissertativas, assim distribuídas: **Direito Penal** - cinco questões e **Direito Processual Penal** - cinco questões.
2. Caso este Caderno de Questões esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala que o substitua.
3. Nesta prova somente será permitida a consulta a **textos de lei, não comentados e não anotados**. Não se considera legislação comentada ou anotada a que trouxer súmulas de jurisprudência ou simples remissão a outros textos de lei.
4. Não será permitida a consulta a outros tipos de livros, notas ou apontamentos, nem o uso de réguas, calculadoras, telefones celulares, "pagers", ou qualquer outro equipamento eletrônico.
5. Para cada matéria existe um **Caderno de Respostas específico**. Escreva suas respostas nos locais apropriados. Caso necessário, solicite folha(s) adicional(is) da(s) respectiva(s) matéria(s) a um dos fiscais de sala, identificando claramente o número da questão a que se refere(m).
6. **Não assine, não rubrique, não escreva seu nome nem faça marca ou sinal identificador em qualquer local das folhas destinadas às respostas das questões, sob pena de ter sua prova anulada.**
7. Escreva suas respostas com o máximo de **objetividade e clareza**, observando a correção ortográfica e gramatical.
8. Durante a prova, não se levante, sem autorização prévia do fiscal de sala, nem comunique-se com outros(as) candidatos(as).
9. A duração da prova é de quatro (04) horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento dos Cadernos de Respostas. Encerrado este prazo, os Cadernos de Respostas serão imediatamente recolhidos.
10. A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções implicará a anulação de sua prova.
11. Após o último candidato da sala entregar a prova, as mesmas serão separadas por matéria e lacradas, na presença deste candidato e dos que ficarem para assistir. A desidentificação pública terá lugar no Auditório desta Escola, amanhã, dia 07 de junho de 1998, às 14h.

DIREITO PENAL

INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS:

Nesta prova, para cada questão apresenta-se um caso, em relação ao qual são propostas algumas perguntas.

1. Elabore sempre **respostas completas**, justificando adequadamente afirmações ou negações, de acordo com as perguntas feitas.
2. **Fundamente todas as afirmações que fizer**, demonstrando o domínio de conhecimentos em relação à doutrina e à legislação.
3. **É indispensável proceder o enquadramento dos crimes no Código Penal e na legislação complementar, quando for o caso.**
4. Ao citar textos legais e a respectiva legislação complementar, **identifique-os** devidamente.

QUESTÕES

01. Pedro, com 19 anos de idade, e Márcio, com 16 anos de idade, durante a noite, quebraram uma janela do Instituto de Biociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ingressando no prédio. Com o uso de uma chave de fenda, arrebentaram diversas gavetas, retirando pequenos objetos. Como esses objetos não representavam os valores pecuniários que pretendiam, os largaram no próprio local. Contudo, levaram um cadáver que estava depositado numa sala para estudos de Anatomia. Posteriormente, conseguiram vendê-lo a um estudante, que o comprou sabendo ser furtado, pois reconheceu o cadáver de suas aulas no referido Instituto.
Qual ou quais foram os crimes praticados?
Quem o(s) praticou?
Ocorreu alguma forma de arrependimento ou desistência?
02. Um morador de cidade histórica, vendo o estado deplorável de um prédio, tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tomou uma decisão: iria pintar, por sua conta, o referido imóvel. Escreveu uma carta para o citado órgão, requerendo licença para concretizar seu objetivo. O cidadão, impaciente com a demora na resposta ao seu pedido, resolveu abordar um vigilante particular, encarregado da guarda do prédio, e a ele solicitou autorização para pintura. Simplório e induzido pelo interessado, que disse ter autorização, o vigilante permitiu a entrada dos pintores. O cidadão, com mais cinco companheiros, num só dia pintou todo o prédio de vermelho, cor do seu clube de futebol, mesmo sabendo que a cor original - amarelo colonial - não podia ser alterada. Houve crime(s)?
Em caso positivo, qual ou quais crime(s) ocorreram?
03. Vem a uma Delegacia de Polícia de cidade do interior do estado o comerciante XY, acompanhado de advogado, queixando-se da ação de um Agente de Tributos que, ao cobrar-lhe impostos atrasados, excedeu-se nos meios, causando-lhe vexame público. O Agente, que ocupa o cargo de Diretor de Arrecadação, em visita à empresa do queixoso, levou consigo inúmeros jornalistas e outros convidados, fazendo uma verdadeira "devassa", durante a qual o nome XY era pronunciado pelo Agente, associado a palavras como: "pilantra", "sonegador habitual de tributos", "esperto em esquemas", "calçador de notas fiscais", etc. Sentindo-se humilhado e ofendido, pois somente se encontrava atrasado em dois meses no recolhimento de impostos, o comerciante resolveu denunciar o caso à Polícia.
Houve ou não delito?
Em caso afirmativo, qual ou quais foram?

04. Reuniram-se cinco pessoas: **AY**, **AZ**, **AW**, **AA** e **AK** e decidiram criar uma empresa comercial, que adotou o nome de fantasia de **Importação e Exportação XX**. Obtiveram os competentes registros e dedicaram-se ao comércio de gêneros alimentícios e outros produtos. Na realidade a empresa era uma simples “fachada” para inúmeras atividades escusas. As vendas de mercadorias eram procedidas sem expedição de notas fiscais, e os raros documentos enviados ao Fisco indicavam vendas abaixo do realizado efetivamente. **AY** e **AZ** criaram um programa especial de processamento de dados, através do qual pagavam ainda menos ao Fisco, embolsando as diferenças surrupiadadas, sem que os demais sócios participassem desta fraudulenta operação. O fiscal **XY**, inspecionando a referida empresa, descobriu as fraudes, mas, ao invés de denunciá-las, exigiu a importância de R\$ 100.000,00 para não autuar os infratores. O fiscal disse aos sócios que os fatos não constituíam crimes, mas simples infrações administrativas, que levariam a um débito de R\$ 1.400.000,00. Houve acirrada discussão dos sócios com o fiscal **XY**. Os sócios **AW** e **AK**, mais exaltados, ameaçaram de morte o fiscal e tentaram agredi-lo a socos, mas ele conseguiu se desvencilhar e fugiu. Estes dois sócios, nos dias seguintes, compraram, clandestinamente, duas pistolas marca Taurus, calibre 6.35 mm, e cada um passou a usar arma de fogo, com a finalidade de matar **XY**. Num determinado dia, os referidos sócios, atendendo a pedido de **AY**, localizaram **XY** e dispararam contra ele, causando-lhe ferimentos graves. Um telefonema anônimo colocou a Polícia Civil em alerta e iniciou-se, a seguir, rigorosa investigação conjunta com a fiscalização tributária, que resultou em volumoso inquérito policial. A autoridade policial desvendou mais alguns fatos importantes além do que acima foi relatado: a empresa vendia, por sua conta e risco, mercadorias abaixo do preço de custo; de forma curiosa destruíam imediatamente produtos adquiridos de terceiros, com aparente prejuízo, mas, a partir disto, tornavam-se os únicos fornecedores de determinada mercadoria; misturavam produtos alimentícios entre si, vendendo-os posteriormente, como se fossem “puros”; importavam armas de fogo de uso permitido e imediatamente suprimiam as marcas e os números para não se identificar a origem das mesmas e, também, vendiam medicamentos que, na realidade, eram placebos, pois não possuíam nenhuma das propriedades curativas indicadas nas embalagens.

Indique todos os possíveis crimes praticados pelos sócios da empresa acima.

Ocorreram outros delitos?

Quais?

05. Chamado a um Presídio Regional, um Delegado de Polícia constatou que estava ocorrendo uma grande perturbação da ordem e da disciplina, havendo, inclusive, depredação de pequena monta, com a participação de presos e respectivos familiares. Não aconteceu qualquer forma de agressão física, nem entre os presos e visitantes e nem contra os agentes penitenciários, mas a agitação era predominantemente por reivindicações justas (alimentação adequada, vestuário, cobertores e horários para banho e recreação). O Delegado, usando do bom senso e com experiência e habilidade, contornou o problema, acalmando os ânimos e retomando o poder disciplinar.

Ocorreram crimes?

Quais?

Quem são os sujeitos ativos, caso positiva a resposta à primeira indagação?

DIREITO PROCESSUAL PENAL

INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS:

Nesta prova, para cada questão apresenta-se um caso, em relação ao qual são propostas algumas perguntas.

1. Elabore sempre **respostas completas**, justificando adequadamente afirmações ou negações, de acordo com as perguntas feitas.
2. **Fundamente todas as afirmações que fizer**, demonstrando o domínio de conhecimentos em relação à Doutrina Processual Penal.
3. Cite todas as fontes legais, com base no Código de Processo Penal e legislação complementar vigentes, **identificando-as** devidamente.

QUESTÕES

06. Surpreendida asfixiando seu filho nascido uma hora antes, a jovem NA exibia visível perturbação psíquica, decorrente do parto, a ponto de não oferecer qualquer resistência à voz de prisão pronunciada pelo segurança LD, no berçário do Hospital. Comunicada a Polícia, os inspetores PA e AP chegaram ao Hospital e tomaram ciência da morte do recém-nascido, provocada por NA, que foi conduzida à Delegacia de Polícia e apresentada à Autoridade Policial. O Delegado de Polícia constatou que NA estava completando 19 anos de idade naquele dia, trabalhava como balconista desde os 15 anos numa loja de tecidos da cidade, era solteira, residia com seus genitores - a quem ajudava financeiramente - e não registrava qualquer antecedente policial ou judicial que a desabonasse naquela comunidade.
- a) Qual ou quais as medidas de Polícia Judiciária a serem adotadas imediatamente?
 - b) Qual ou quais os fundamentos jurídicos legais para a adoção dessas providências?
 - c) Qual é a situação da acusada, no que se refere ao direito à liberdade? Por quê?
 - d) Qual é o procedimento que o futuro processo penal deverá adotar na espécie? Por quê?
-
07. Em plena campanha pela reeleição, o Deputado Estadual VC ouviu alguns eleitores residentes em Serra Azul, que reclamaram contra a conduta pública do jovem TF, filho do Prefeito Municipal. Alegaram os reclamantes que TF, diariamente, reúne-se na praça central daquela comuna com outros jovens estudantes, todos maiores de dezoito anos, entre os quais o filho do Gerente do Banco do Brasil local, o filho do Coronel Comandante do Batalhão Policial Militar lá sediado, o enteado do Promotor de Justiça da Comarca e outros moços. No final da tarde, o grupo costuma dirigir-se a uma rodovia municipal onde promove disputas automobilísticas, competições não-autorizadas e "rachas", pondo em risco a vida e a integridade corporal dos próprios competidores e de eventuais usuários daquela via pública. No "racha" de 14 de março de 1998, o agora reclamante TD teve seu automóvel destruído naquela rodovia, em colisão provocada por TF e, no dia seguinte, os operários BX e CB quase foram atropelados no acostamento daquela via, em razão de manobra imprudente de TF. Conversando com TF, o parlamentar ouviu dele a seguinte ironia: " - O novo Código municipalizou a fiscalização de trânsito, e o meu pai é a máxima autoridade de trânsito em Serra Azul!". Por isso, o Deputado VC procurou a Autoridade Policial local.

- a) Qual ou quais as providências concretas que a Autoridade de Polícia Judiciária deverá adotar?
- b) Qual ou quais os motivos que justificam a adoção dessa(s) medida(s)?
- c) Qual é o pressuposto processual penal básico para a adoção dessa(s) providência(s)? Por quê?
- d) Na hipótese de processo judicial:
 - 1 - Poderá ser utilizado o procedimento processual penal previsto na Lei 9099/95? Por quê?
 - 2 - Cabe suspensão condicional do processo, em tese? Por quê?

08. No verão de 1997, o Inspetor de Polícia **JB** foi escolhido para reforçar o policiamento repressivo no litoral do Estado, sendo designado para a Delegacia de Polícia de Tramandaí. Alugou uma casa e transferiu sua família para aquela cidade. Certificando-se de que seus familiares haviam se adaptado em Tramandaí, para lá **JB** postulou remoção funcional, sendo atendido pela Chefia da Polícia Civil. Desejando comprar a casa de veraneio que locara, **JB** pôs à venda sua moradia em Triunfo, onde residira. Morando em Tramandaí, o engenheiro **AP** interessou-se pelo negócio, eis que trabalhava no Pólo Petroquímico. Ajustada a compra-e-venda, a transferência imobiliária foi registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Triunfo, e o valor da transação foi pago à vista com um cheque da agência de Triunfo do Banco do Estado do Rio Grande do Sul. Levada a desconto, a cártula não possuía suficiente provisão de fundos em poder do sacado e, após diversas tentativas infrutíferas para localizar o comprador, **JB** apresentou *notitia criminis* perante a Autoridade Policial de Tramandaí.

- a) Qual ou quais as medidas a serem adotadas pelo Delegado de Polícia no exercício das funções de Polícia Judiciária?
- b) O que justifica a adoção dessa(s) medida(s)?
- c) Quais os fundamentos, jurídicos e legais, dessa(s) providência(s)?
- d) Qual é a prova acusatória mais importante no conjunto de fatos relatado acima? Por quê?

09. O Delegado de Polícia de Canela instaurou inquérito policial e indiciou **ABC** pela prática de homicídio doloso na forma tentada porque, após acirrada discussão conjugal, tomou o revólver de brinquedo do filho e investiu contra sua cônjuge **MGC**, empunhando tal objeto. A mulher correu para o dormitório do casal, chaveou a porta de acesso e ouviu **ABC** esbravejar durante várias horas até que, iniciado o jogo do Brasil na Copa, fez-se silêncio na moradia. Instaurado o feito policial, o Advogado de **ABC** impetrou *habeas corpus* e o Juiz de Direito de Canela, **CAO**, concedeu a ordem para o trancamento daquele inquérito policial; o quanto foi integralmente confirmado em grau recursal pela Superior Instância, apesar dos esforços dos órgãos do Ministério Público que atuaram na causa.

Face a desentendimentos profissionais com a cúpula do Poder Judiciário, dois anos depois, **CAO** decidiu renunciar à Magistratura e, por concurso público de provas e títulos, ingressou na Polícia Judiciária como Delegado de Polícia e foi designado para a Delegacia de Polícia de Canela. Alguns meses após assumir a nova função pública, **CAO** deparou-se com o registro de ocorrência policial que noticiava o seguinte fato: "No dia 10 de julho de 1997, às 20 horas, na Rua Dona Carlinda, nesta cidade, o indivíduo **ABC** tomou o táxi de **RT** com destino ao Bairro Saiqüi e, na saída da cidade, encostou um revólver na nuca do motorista do táxi, disse que era um assalto e ordenou-lhe que passasse a féria; o assalto não foi consumado porque, nervoso, o motorista do táxi desgovernou o veículo, que chocou-se num poste. Detido por populares, a pedido do motorista do táxi, ficou comprovado que **ABC** utilizara um revólver de brinquedo de seu filho para a ação e, nessa Delegacia de Polícia, o mesmo foi liberado".

-
- a) Quais os fundamentos jurídico-penais da decisão judicial de trancamento da *persecutio* criminal instaurada contra ABC, em relação aos fatos envolvendo sua cônjuge?
 - b) No exercício das atribuições de Polícia Judiciária qual(is) a(s) atitude(s) a ser(em) tomada(s) quanto aos fatos relacionados com o motorista do táxi?
 - c) Quais são os fundamentos jurídicos e legais dessa decisão funcional?
 - d) Na hipótese de ABC impetrar novo *habeas corpus*, baseado no emprego de revólver de brinquedo, agora em relação aos fatos envolvendo o motorista do táxi, quais serão os fundamentos que o atual Delegado de Polícia de Canela deverá utilizar ao prestar as informações requisitadas pela Autoridade Judiciária?
-

10. O colaborador policial EHT compareceu à Delegacia de Polícia de Passo Fundo para informar a Autoridade Policial de que, proveniente do Paraná, chegaria na cidade, na madrugada de 10 de dezembro de 1989, volumoso carregamento de *cannabis sativa* via rodoviária, a fim de ser distribuído aos traficantes locais, para comércio naquela região. Alertado por essas informações, o Delegado de Polícia desenvolveu intensas investigações pertinentes e montou rígido dispositivo policial para surpreender e prender os envolvidos, por ocasião da distribuição da droga em Passo Fundo. Na data mencionada, tripulando três automóveis, os transportadores da maconha foram interceptados pela barreira policial montada no começo da Avenida Brasil. De imediato, abandonaram os veículos e fugiram do local. A perseguição policial resultou inexitosa; todavia, a Polícia apreendeu 230 quilos de maconha, quatro pistolas calibre 7.65 mm, dois mil dólares americanos, documentos de identificação pessoal dos quatro indivíduos, objetos pessoais diversos e três automóveis importados. Identificados, ficou constatado que os quatro indivíduos são vadios e não possuem residência fixa, portando antecedentes policiais e judiciais no Rio Grande do Sul, no Paraná, em São Paulo e no Mato Grosso do Sul, para onde teriam seguido após a fuga, segundo o informante EHT deu ciência ao novo Delegado de Polícia de Passo Fundo, que constatou estar paralisado o respectivo Inquérito Policial instaurado.

- a) Sob o panorama jurídico e legal, a ação policial relativa à tentativa de flagrante desenvolvida pelo Delegado de Polícia de Passo Fundo é legítima? Por quê?
 - b) No exercício da função de Polícia Judiciária, quais as medidas que deverão ser adotadas na atualidade?
 - c) Quais os fundamentos jurídicos e legais para a adoção dessas providências?
 - d) O que deverá ser feito com os objetos apreendidos que se encontram no Depósito Público de Passo Fundo? Por quê?
-